

# SUMÁRIO

LINHA EDITORIAL – EDITORIAL LINE.....	7
APRESENTAÇÃO – INTRODUCTION.....	11
INTRODUCTION – APRESENTAÇÃO.....	15
<b>1ª. SEÇÃO – COMPLIANCE</b>	
<b>SECTION 1 – COMPLIANCE</b>	
Estratégia de garantia de conformidade de contratos de prestação de serviços públicos: requisitos da Lei de Proteção e Defesa do Usuário e recomendações da Controladoria-Geral da União – CGU <i>Strategy to ensure compliance with public service contracts: requirements of the User Protection and Defense Law and recommendations of the Brazilian General Controllershship of the Union – CGU</i>	
BRUNA TOLEDO PIZA DE CARVALHO MAGACHO e FABRÍCIO MOTTA .....	25
Integridade pública na atividade de inteligência do Estado <i>Public integrity in intelligence services</i>	
MÁRCIA PELEGRINI e BETINA LE GRAZIE .....	43
<b>2ª. SEÇÃO – DIREITO ADMINISTRATIVO</b>	
<b>SECTION 2 – ADMINISTRATIVE LAW</b>	
<b>A) INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO</b>	
<b>A) STATE INTERVENTION IN THE ECONOMIC DOMAIN</b>	
A correção monetária das multas do CADE em atos de concentração na perspectiva da análise econômica do Direito <i>The monetary correction of CADE's fines in acts of concentration from the perspective of the economic analysis of Law</i>	
FERNANDO RANGEL ALVAREZ DOS SANTOS .....	91

**B) CONTROLE****B) CONTROL**

Contribuição do controle externo para o aprimoramento de política pública: o caso da compensação ambiental e a atuação do Tribunal de Contas da União

*Contribution from external control to the improvement of public policy: the case of environmental compensation and the performance of the Federal Court of Accounts*

WEDER DE OLIVEIRA ..... 113

O Direito Administrativo Global no controle externo da Administração Pública: a adoção das normas internacionais de auditoria governamental como *standards* pelos Tribunais de Contas brasileiros

*Global Administrative Law in the external control of Public Administration: the adoption of international government auditing pronouncements as standards by the Brazilian Courts of Auditors*

EVANDRO NUNES FRANCO, VLADIMIR DA ROCHA FRANÇA e THIAGO OLIVEIRA MOREIRA ..... 143

**C) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM JUÍZO****C) CLAIMS AGAINST THE PUBLIC ADMINISTRATION**

O Supremo Tribunal Federal e o instituto do precatório: subsídios para interpretação das ECs 113 e 114

*The Supreme Federal Court and the institute of the certificate of judgment debt: subsidies for the interpretation of Constitutional Amendments No. 113 and 114*

EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR..... 165

**3ª. SEÇÃO – DOCTRINA ESTRANGEIRA****SECTION 3 – FOREIGN DOCTRINE**

Los puertos y el derecho de las infraestructuras

*Ports and infrastructure law*

JAIME RODRÍGUEZ-ARANA MUÑOZ ..... 185

Direito Constitucional na era da proporcionalidade (mas não na América?)

*Constitutional Law in the Age of Proportionality (Except in the United States?)*

VITALINO CANAS ..... 213

A liberdade de reunião à luz das exigências do Estado de Direito Democrático efetivo

*Freedom of assembly in the light of the requirements of the effective Democratic Rule of Law*

ANTÓNIO FRANCISCO DE SOUSA..... 251

La incompleta e insuficiente constitucionalización y convencionalización del proceso administrativo en el Perú

*The incomplete and insufficient constitutionalization and conventionalization of the administrative process in Peru*

ELOY ESPINOSA SALDAÑA BARRERA ..... 301

#### 4ª. SEÇÃO – PARECERES

##### SECTION 4 – LEGAL OPINIONS

Parecer – Improbidade administrativa e inovações oriundas da Lei 14.230, de 25 de outubro de 2021

*Legal Opinion – Administrative improbity and innovations arising from Law 14,230, of October 25th, 2021*

HERALDO GARCIA VITTA ..... 325

#### 5ª. SEÇÃO – COMENTÁRIOS À JURISPRUDÊNCIA

##### SECTION 5 – COMMENTS OF JURISPRUDENCE

A competência privativa dos Tribunais de Contas e a inconstitucionalidade de lei estadual, de iniciativa parlamentar, que concede descontos às multas aplicadas pelo controle externo: o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.846/PI

*The exclusive competence of the Courts of Accounts and the unconstitutionality of a state law, initiated by the Parliamentary, which grants discounts to fines imposed by the external control: the judgment of the Direct Action of Unconstitutionality 6,846/PI*

ANTONIO CARLOS ALVES PINTO SERRANO ..... 361

Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial 1.971.883/RS: legitimidade ativa do "Sistema S" para a cobrança de suas contribuições específicas

*Internal appeal over interlocutory appeal in Appeal to the Brazilian Superior Court of Justice 1,971.883/RS: the active legitimacy of the "Sistema S" for collecting its specific contributions*

JOÃO VICTOR TAVARES GALIL ..... 371

O condicionamento determinado pelo princípio da essencialidade na adoção da seletividade no ICMS: comentários sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade 7.114 <i>The conditioning determined by the principle of essentiality in the adoption of selectivity in ICMS: remarks on Ação Direta de Inconstitucionalidade 7,114</i>	
ADILSON NERI PEREIRA .....	385
A exigência de interdição do segurado para a percepção de benefício previdenciário por incapacidade: comentários ao julgamento proferido no Recurso Extraordinário 918.315/DF <i>The requirement of interdiction of the insured for the perception of social security benefit for disability: comments on the judgment rendered in Extraordinary Appeal 918,315/DF</i>	
EDUARDO LEVIN .....	393
<b>6ª. SEÇÃO – ENTREVISTA</b>	
<b>SECTION 6 – INTERVIEW</b>	
Entrevista com Regina Maria Macedo Nery Ferrari REGINA MARIA MACEDO NERY FERRARI; ENTREVISTADORES: AUGUSTO NEVES DAL POZZO e RICARDO MARCONDES MARTINS .....	405
<b>7ª. SEÇÃO – MEMÓRIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO</b>	
<b>SECTION 7 – RETROSPECTIVE OF ADMINISTRATIVE LAW</b>	
Reflexões sobre improbidade administrativa no Direito brasileiro <i>Reflections on administrative improbity in Brazilian Law</i>	
ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA .....	421
Legalidade, motivo e motivação do ato administrativo <i>Legality, motivation and reason for the administrative act</i>	
CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO .....	429
Legalidade – discricionariedade – seus limites e controle <i>Legality – discretion – control and limitations</i>	
CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO .....	443
<b>NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA .....</b>	<b>463</b>
<b>PUBLICATION GUIDELINES FOR AUTHORS TO SUBMIT UNPUBLISHED ARTICLES .....</b>	<b>465</b>